

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
 - 1.2 – Reuniões de Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 6 – MANIFESTAÇÕES**
- 7 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 9 – ERRATAS**

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 10/8/2017

Presidência da Deputada Marília Campos

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Inácio Franco – Agostinho Patrus Filho – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Leite – Léo Portela – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses.

Falta de Quórum

A presidente (deputada Marília Campos) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de quarta-feira, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 15/8/2017.).

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/6/2017

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, André Quintão e Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento

Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Bárbara Miranda Vilaça, coordenadora-geral do Sind-UTE/Subsede Contagem, publicado no *Diário do Legislativo* em 21/6/2017. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.903/2016 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 926/2015 e 4.151/2017, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), e 4.154/2017 na forma do vencido no 1º turno (deputado Celinho do Sinttrocel). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.827/2016 (relator: deputado Coronel Piccinini), 3.906/2016 (relator: deputado André Quintão), 3.980/2017 (relator: deputado Coronel Piccinini) e 4.076/2017 (relator: deputado Coronel Piccinini), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 8.813/2017, do deputado Antonio Lerin, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho dos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2017.

Coronel Piccinini, presidente – André Quintão – Nozinho.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/7/2017

Às 14h27min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Geisa Teixeira e o deputado Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.135/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita às instituições de acolhimento que abrigam bebês filhos de mulheres usuárias de drogas e com outras vulnerabilidades, no Município de Belo Horizonte;

nº 9.136/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a iniciativa global “Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”, lançado pela ONU Mulheres.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2017.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/8/2017

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Leandro Genaro e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, a debater o conflito com a fauna silvestre urbana. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.288/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação pedido de providências para a inclusão, na grade curricular de medicina veterinária, como disciplinas obrigatórias, medicina veterinária do coletivo e bem-estar animal;

nº 9.289/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater os aspectos quantitativos mais relevantes das políticas públicas de controle populacional de cães e gatos;

nº 9.290/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil em Contagem pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para apurar o crime de maus-tratos contra dois cachorros, ocorrido em 6/7/2017, no Bairro do Cabral, em Contagem;

nº 9.291/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao delegado-chefe do 5º Departamento de Polícia Civil em Uberaba pedido de informações substanciadas no inquérito instaurado e em outros documentos relativos ao envenenamento de, aproximadamente, 70 animais, ocorrido no Município de Água Comprida, na madrugada de 1º/8/2017;

nº 9.292/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater denúncia recebida nessa comissão de violência praticada por condutores de charretes contra ativistas de direitos dos animais em Tiradentes, no final do mês de julho de 2017;

nº 9.293/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 11ª Promotoria de Justiça em Araçuaí pedido de providências para apuração da informação de que um policial teria efetuado disparos contra um cavalo, em 23/7/2017, no Município de Coronel Murta;

nº 9.294/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça Única em Camanducaia pedido de providências para que se verifique o cumprimento da Lei nº 21.970, de 2016, diante das denúncias de que o canil municipal se encontra sem condições de receber animais resgatados na rua no que diz respeito à disponibilidade de vagas, insumos e profissionais para atendimento especializado;

nº 9.295/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 11ª Promotoria de Justiça em Uberaba pedido de providências para acompanhamento da situação e verificação de possível ocorrência de maus-tratos contra os gatos comunitários que residem na Escola Estadual Professora Corina de Oliveira;

nº 9.296/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 3ª Promotoria de Justiça em Leopoldina pedido de providências para verificação de possível ocorrência de maus-tratos no canil municipal;

nº 9.297/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a leishmaniose animal.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Sambla Mól, pesquisadora; Érika Procópio Tostes Teixeira, analista ambiental do Instituto Estadual de Florestas – IEF; Adriana Araújo, presidente do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais; e Flávia Quadros, médica-veterinária e protetora da causa animal;

e os Srs. Daniel Ambrózio da Rocha Vilela, analista ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Marcus de Mourão Motta, presidente da ONG Asas e Amigos; e Junio Augusto dos Santos Silva, analista ambiental do Ibama. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2017.

Noraldino Júnior, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/8/2017

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados André Quintão, Coronel Piccinini, e Nozinho, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Lerin e Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Piccinini, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as condições de trabalho dos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Irani Fernandes Leandro, secretária-geral do Sintect-MG; e Marilda Rodrigues Silva, assessora da Superintendência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT-MG; e os Srs. José Maria Riani Filho, assessor da Gerência Regional de Coleta e Distribuição da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT-MG, representando Juarez Pinheiro Coelho Júnior, superintendente; Robson Gomes da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios e Telégrafos e Similares de Minas Gerais – Sintect-MG – e diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares – Fentect –, também representando José Rivaldo da Silva, secretário-geral do Fentect; João Ricardo Guedes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região – Sintect-JFA – Juiz de Fora; Wolnei Cápolly Dias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares de Uberaba e Região – Sintect-URA; Danilo César Torres, coordenador de Segurança Empresarial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT-MG; José Luiz Ferreira de Almeida, gerente de Atividades Externas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT-MG; Roberto Caldeira Flores Junior, coordenador da Gerência de Relacionamento com o Empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT-MG; da Sra. Irani Fernandes Leandro, secretária-geral do Sintect-MG; dos Srs. Geraldo de Jesus França, diretor de Saúde e Segurança do Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios e Telégrafos e Similares – Sintect-Juiz de Fora –; Reginaldo de Freitas, vice-presidente da CUT-Zona da Mata e diretor de Relações Sindicais e Formação do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios e Telégrafos e Similares – Sintect-Juiz de Fora; Jorge Luiz dos Santos, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios e Telégrafos e Similares – Sintect-Juiz de Fora. A presidência concede a palavra ao deputado Antonio Lerin, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2017.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Coronel Piccinini – Geraldo Pimenta – Nozinho.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 16/8/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/8/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.844/2016, do governador do Estado; 4.086/2017, do deputado Cássio Soares.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.729/2016, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira, Celise Laviola e Rosângela Reis e o deputado Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/8/2017, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2017.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Arnaldo Silva, Leandro Genaro, Nozinho e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/8/2017, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2017.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.563**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Durval Ângelo, Felipe Attiê e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/8/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2017.

Dilzon Melo, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leandro Genaro, Elismar Prado, Geraldo Pimenta e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 18/8/2017, às 9 horas, ao Centro de Controle de Zoonoses, na Av. Antônio Lafeté Rebelo, 1371, Santa Lúcia II, Montes Claros, com a finalidade de averiguar o estado de saúde dos animais ali abrigados, a infraestrutura do local, o modo de descarte dos animais mortos, os exames realizados para diagnosticar leishmaniose canina e o procedimento adotado em relação aos cães diagnosticados com essa doença.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2017.

Noraldino Júnior, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leandro Genaro, Elismar Prado, Geraldo Pimenta e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/8/2017, às 13 horas, na Câmara Municipal de Montes Claros, com a finalidade de, em audiência pública, debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Norte do Estado e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2017.

Noraldino Júnior, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.834/2016****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do deputado Cássio Soares, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação ao trevo da Rodovia MG-050 com a Avenida Arlindo Figueiredo, no Município de Passos.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.834/2016 tem por escopo dar a denominação de Dr. José Hernani Silveira ao trevo localizado na Rodovia MG-050 com a Avenida Arlindo Figueiredo, no Município de Passos.

Segundo justifica o autor, a proposição em epígrafe pretende homenagear o Dr. José Hernani Silveira, médico pediatra e ex-prefeito de Passos por três mandatos (1993-1996, 2001-2004 e 2009-2012), cuja atuação se deu principalmente na área da saúde. Foi ele quem promoveu a descentralização do sistema de saúde municipal, com o atendimento nos bairros, criou o posto de saúde da Avenida Com. Francisco Avelino Maia, implantou a Policlínica Municipal, o Pronto-Socorro e o Hemominas na cidade. Também fundou a Casa de Assistência ao Menor e foi responsável pela extinção do lixão e pela construção do aterro sanitário do município.

A Comissão de Constituição e Justiça, após exame do projeto, relatou em seu parecer que a denominação de próprios públicos não constitui assunto de competência privativa da União ou do município, podendo ser objeto de disciplina jurídica por parte do estado membro. Esclareceu ainda que, no uso dessa prerrogativa, foi editada a Lei nº 13.408, de 1999, que, além de atribuir ao Legislativo a competência de dispor sobre a matéria, determina que a escolha recairá em nome de pessoa falecida que tenha prestado relevantes serviços à coletividade, em evento de valor histórico, efeméride, acidente geográfico ou outras referências às tradições históricas e culturais do Estado.

A comissão que nos antecedeu também informou que a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, em resposta à diligência solicitada a fim de que o órgão informasse a esta Casa sobre o trevo a ser denominado, enviou a Nota Técnica Jurídica nº 1.502, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop –, e a nota técnica de 27/10/2016, do então Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, hoje Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG –, por meio das quais esses órgãos se manifestam favoravelmente à pretensão do projeto de lei em análise, uma vez que o referido trevo não possui denominação oficial.

Assim, em razão das inúmeras conquistas obtidas pelo Dr. José Hernani Silveira para o município de Passos, e sendo notório o desenvolvimento da região advindo de suas ações, consideramos justa e meritória a honraria que se pretende conceder em sua memória.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.834/2016 na forma original.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2017.

Fábio Cherem, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.951/2016

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Antonio Carlos Arantes, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do Bairro Mandaguari e Região, com sede no Município de Paraguaçu, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.951/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do Bairro Mandaguari e Região, com sede no Município de Paraguaçu.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, prestar serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização das atividades agropecuárias e não agropecuárias para melhorar as condições de vida de seus associados; fomentar e assistir as famílias de agricultores em suas atividades; desenvolver canais de comercialização dos produtos e serviços de seus associados, através de feiras, lojas e outros eventos, inclusive no exterior; promover programas para construção, ampliação e reforma de habitação rural para seus participantes; buscar meios para promover a exportação de seus produtos, nos termos das legislações pertinentes; implementar programas que contribuam para a segurança alimentar, combate à fome, à desnutrição e à pobreza; e trabalhar pela defesa do meio ambiente.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação em prol dos agricultores familiares do Bairro Mandaguari e região, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.951/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2017.

Gustavo Santana, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.969/2016

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado Roberto Andrade, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação ao trecho da Rodovia MG-308 que liga o Município de Turmalina ao trevo do Município de Veredinha.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.969/2016 tem por objetivo dar a denominação de Vicente Antunes de Oliveira ao trecho da Rodovia MG-308 que liga o Município de Turmalina ao trevo do Município de Veredinha.

A Comissão de Constituição e Justiça, após exame do projeto, relatou em seu parecer que a denominação de próprios públicos não constitui assunto de competência privativa da União ou do município, podendo ser objeto de disciplina jurídica por parte do estado membro.

A Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais enviou a esta Casa a Nota Técnica Jurídica nº 45/2017, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, e a nota técnica de 7/2/2017, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, em que esses órgãos se declaram favoráveis à pretensão do projeto de lei em análise, uma vez que o trecho que se pretende nomear não possui denominação oficial e não existe no município outro próprio público com a denominação ora proposta.

Em sua justificativa, o autor da matéria esclarece que, além de prefeito, Vicente Antunes de Oliveira, a quem se pretende homenagear, exerceu mandato de vereador por 20 anos ininterruptos. Homem reto e justo, foi presidente da Conferência de São Vicente de Paulo, cargo que exerceu ininterruptamente durante 48 anos. À frente da confraria idealizou e construiu o Hospital São Vicente de Paulo, do qual também foi diretor, sempre trabalhando pela filantropia do Alto e Médio Jequitinhonha.

Assim, esta Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas considera meritória a homenagem proposta, pois demonstra o reconhecimento da população a uma pessoa de bem e aos bons exemplos deixados por ela.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.969/2016 em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2017.

Fábio Cherem , relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.970/2016

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado Roberto Andrade, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação ao trecho da MG-367 que liga os municípios de Turmalina e José Gonçalves de Minas.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.970/2016 tem por objetivo dar a denominação de Doutor Hugo Lopes de Macedo ao trecho da MG-367 que liga os municípios de Turmalina e José Gonçalves de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça, após exame do projeto, relatou em seu parecer que a denominação de próprios públicos não constitui assunto de competência privativa da União ou do município, podendo ser objeto de disciplina jurídica por parte do estado membro.

A Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais enviou a Nota Técnica Jurídica nº 56/2017, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Pública – Setop –, e a nota técnica de 7/2/2017, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, por meio das quais esses órgãos se manifestam favoravelmente à pretensão da proposição, uma vez que o trecho não possui denominação oficial e não existe nos municípios de Turmalina e José Gonçalves de Minas outro próprio público estadual com a mesma designação que se pretende dar ao trecho mencionado.

Em sua justificativa, o autor da matéria esclarece que desde 1945, quando foi diplomado médico pela Universidade Federal de Minas Gerais, Hugo Lopes de Macedo aproximou-se das causas populares com atendimento voluntário. Em 1946, foi nomeado para o Ministério da Saúde, onde atuou no serviço de Endemias Rurais, com o intuito de ajudar na erradicação da transmissão da Doença de Chagas no Médio Jequitinhonha. Foi prefeito de Turmalina, cargo que ocupou com espírito ético e democrático, sempre trabalhando com afinco para melhorar a qualidade de vida e a saúde da população.

Assim, esta Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas considera meritória a homenagem proposta, pois demonstra o reconhecimento da população a uma pessoa de bem e aos bons exemplos deixados por ela.

Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.970/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2017.

Gustavo Santana, relator



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 10/8/2017, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Bruno Cesar Hauck Falabella, coordenador da Gigov da Caixa Econômica Federal, informando da extinção do Contrato de Repasse nº 0277374-62/2008, por solicitação do tomador. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.219/2016, da Comissão de Meio Ambiente.

Da Sra. Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.266/2016, da Comissão de Meio Ambiente.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.881/2017, da Comissão de Minas e Energia.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 25/1/2017, em Betim, que resultou na apreensão de um menor, além de drogas, arma de fogo e rádio, e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 6.357/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 49º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 30/1/2017, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro, balança de precisão e veículo e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 6.358/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 13º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/2/2017, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, veículo e celular e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 6.397/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais civis que menciona pela atuação na ocorrência, em 8/2/2017, em Igarapé, que resultou na apreensão de cerca de 500kg de maconha (Requerimento nº 6.427/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais civis que menciona pela atuação na ocorrência, em 9/2/2017, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de um homem (Requerimento nº 6.428/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o Cb. PM Relbert Nunes Viana de Oliveira, lotado no Batalhão de Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/2/2017, em Belo Horizonte, quando, em trajes civis, teria sido vítima de roubo e, em decorrência, teria alvejado o autor do crime, o qual também estaria armado (Requerimento nº 6.432/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 32º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/2/2017, em Uberlândia, que resultou na apreensão de cerca de 300 pedras de *crack* e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 6.435/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o Cb. PM Marcos Roberto de Souza, lotado no 43º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/2/2017, em Governador Valadares, onde, de folga e em trajes civis, impediu um roubo em um estabelecimento comercial e, em decorrência, teria alvejado o autor do crime, o qual também estaria armado (Requerimento nº 6.436/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/2/2017, em Ipaba, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, armas brancas, rede de pesca e veículos e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 6.441/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 43º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13 de fevereiro, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de drogas, balanças, celulares, quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 6.442/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a Maj. BM Daniela Lopes Rocha da Costa, o Cap. BM João Paulo Pessoa Veloso de Almeida, o Subten. BM Flávio Cirilo Cardoso e o 1º-Sgt. BM Marcos Vinício de Lima, do Corpo de Bombeiros, pela atuação na operação de resgate aéreo de um cachorro pertencente a uma família de lavradores da cidade, que estava isolado em uma pedreira do Município de Santa Rita do Sapucaí (Requerimento nº 6.847/2017, do deputado Noraldino Júnior);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela brilhante atuação na ocorrência, em 13/6/2017, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de dois homens suspeitos de invadir um prédio e furtar objetos de valor dos moradores (Requerimento nº 7.654/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o delegado regional de Polícia Civil Luis Mauro Sampaio Pereira pela Operação Sintonia (Requerimento nº 7.661/2017, do deputado Hely Tarquínio);

de congratulações com os policiais rodoviários federais que menciona pela operação realizada em 14/6/2017, em Sabará, que resultou na apreensão de grande quantidade de drogas e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 7.727/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Polícia Militar de Minas Gerais, a Prefeitura Municipal de Araxá, a Polícia Civil de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais pelos resultados na área de segurança divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (Requerimento nº 7.762/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação em Governador Valadares, em 22/6/2017, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de droga, duas balanças de precisão, vários pinos de cocaína e materiais para embalagem (Requerimento nº 7.763/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os Srs. Rodrigo Vieira, prefeito de Itajubá, e Adilson José Souza Silva, comandante da Guarda Municipal de Itajubá, pelo 5º aniversário dessa corporação (Requerimento nº 7.803/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Escola Municipal Filomena de Oliveira Leite, do Município de Curvelo, pelo Prêmio Nacional de Educação Fiscal (Requerimento nº 7.843/2017, do deputado Fábio Cherem);

de congratulações com a Escola Municipal Vereador Otávio Rufino Pereira, do Município de Barroso, pelo recebimento do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, edição 2016 (Requerimento nº 7.844/2017, do deputado Fábio Cherem);

de congratulações com os policiais militares e civis da 19ª Região Integrada de Segurança Pública pelos relevantes trabalhos que culminaram na queda da criminalidade no Município de Sete Lagoas e região (Requerimento nº 7.889/2017, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com o governador do Estado, o Sesc, o Institut Français e a Embaixada da França no Brasil pela realização do fórum Políticas Culturais em Debate (Requerimento nº 8.107/2017, da Comissão de Cultura).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

DISCURSOS PROFERIDOS NA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/8/2017

O deputado João Leite* – Sr. Presidente Dalmo Ribeiro Silva, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde. Cumprimento também os agentes socioeducativos, que servem ao povo e ao Estado de Minas Gerais e que vêm à Assembleia Legislativa hoje para recorrer ao Parlamento, recorrer a quem os representa e representa a população de Minas Gerais, que é defendida por eles, para buscar um direito legítimo, o direito de se defenderem. Eles defendem a população de Minas Gerais guardando adolescentes em conflito com a lei. Todos nós, nesta Casa, sabemos que a maioria desses adolescentes em conflito com a lei faz parte de grandes quadrilhas, quadrilhas de maiores, que historicamente utilizam os adolescentes para os crimes – e crimes graves – por causa da impossibilidade da condenação de adolescentes até 21 anos.

Há várias situações, em nosso país e em Minas Gerais, de adolescentes em conflito com a lei que lamentavelmente estão sendo analisados por psiquiatras. Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina a internação até os 21 anos, muitos juízes estão acompanhando o parecer de psiquiatras. O caso mais impressionante é o do Champinha, lá de São Paulo, que matou aquele casal de namorados quando tinha 16 anos. O Champinha deve estar próximo dos 26 anos e continua preso, porque nenhum médico psiquiatra até hoje lhe deu um parecer, um laudo de cessação de periculosidade. Então, ele permanece guardado, preso sob a guarda de agentes socioeducativos do Estado de São Paulo.

Ora, lamentavelmente, se fizermos análise desses adolescentes que hoje estão internados no Estado de Minas Gerais e sob a guarda desses agentes socioeducativos, veremos que muitos deles não podem retornar ao convívio da sociedade, pois não passariam por um laudo de cessação de periculosidade, o laudo que identifica os psicopatas, pessoas que não sentem nenhuma dor em relação à dor do outro. É isso que foi analisado no Champinha e em muitos adolescentes em conflito com a lei.

Juntando essas duas pontas, adolescentes já cometeram seis homicídios. Juntando essas duas pontas, adolescentes não terão o laudo de cessação de periculosidade, porque muitos deles são psicopatas. Por outro lado, muitos desses adolescentes são utilizados por maiores de idade, criminosos, por quadrilhas, e isso faz com que nossos agentes socioeducativos permanentemente estejam em risco, porque uma coisa é estar dentro da unidade de internação, outra, é quando o agente socioeducativo pega sua mochila e vai para

a rua, vai para um ponto de ônibus esperar o transporte para ir para sua casa descansar ou pega sua moto e vai para casa. Ele é um alvo muito fácil. Ele é vulnerável e guarda presos perigosos, apesar de serem adolescentes, e muitos desses presos fazem parte de quadrilhas. Qualquer comunicação coloca a vida de nossos agentes socioeducativos em risco.

Por isso, neste final de semana, estive em Teófilo Otôni e me encontrei lá com o João Pedro, agente socioeducativo. O João Pedro fez um apelo, e eu disse para ele: “Estou de acordo”. Sou filho de policial que andava pelas ruas no tempo em que não havia iluminação pública em Belo Horizonte. A arma dele foi sua defesa. Aposentado, ele continuou com a sua arma, porque ele prendera muitos criminosos. Meu pai era alvo de criminosos, mas ele teve a possibilidade, até a morte, de ter a sua arma e de se defender. É isso que os agentes socioeducativos vieram aqui fazer, nesta tarde, reivindicar de seus representantes o mínimo de possibilidade de defesa contra um ataque de quadrilhas, um ataque de criminosos.

A Assembleia Legislativa deve dar a esses agentes de defesa da sociedade de Minas Gerais o mínimo de segurança. Não dá mais para fazermos poesia: “Ah, esses meninos...”. Muitos desses meninos são psicopatas. Muitos desses meninos fazem parte de grandes quadrilhas. Então, devemos dar a esses agentes socioeducativos o mínimo de condição, deputada Marília Campos, de sair do seu trabalho e chegar às suas casas para estar com suas famílias.

Eu e o deputado Sargento Rodrigues, Coronel Piccinini, tivemos momentos de muita emoção quando fomos a Santa Margarida e a Manhuaçu visitar a viúva do Cb. Marcos, hoje sargento. De acordo com a legislação pós-morte, ele recebeu a promoção. Vimos aquela jovem esposa de um cabo de trinta e poucos anos de idade. Agora essa jovem mulher, está totalmente só, sem o marido. Foi muito duro encará-la, como representante do Parlamento de Minas Gerais, e ouvir dela que o marido tinha do lado dele um recruta que tinha entrado agora na Polícia Militar, e o cabo não teve apoio nenhum. Chega, chega, não podemos colocar nossos homens e mulheres que são do sistema de defesa do cidadão e da cidadã de Minas Gerais em risco. Contem com o meu apoio e com o apoio de muitos deputados e deputadas, que reconhecem o papel importante que vocês desempenham, e esta Casa tem de dar o mínimo de possibilidade de reação e de segurança a vocês.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Gostaria de agradecer, deputado João Leite. Também compartilho esse apoio que V. Exa. dá a todos os que estão aqui participando desse processo de mobilização e de organização. Minha interrupção, deputado, é apenas para dar uma boa notícia, porque sei do seu compromisso, não só seu, mas também do compromisso da deputada estadual Ione Pinheiro. Fizemos várias audiências públicas aqui nesta Casa para tratar dos direitos violados das mães das crianças, porque, em função de uma normativa do Tribunal de Justiça, estava ocorrendo o abrigamento compulsório. Então, V. Exa. promoveu audiências públicas junto comigo. Participamos de audiências junto ao Tribunal de Justiça. Encontrei-me, recentemente, com a ministra Carmen Lúcia.

Deputado João Leite, acabei de receber um ofício do desembargador Marcos Flávio Lucas Padula, oficializando ao corregedor-geral do Tribunal de Justiça a revogação da portaria que alterava o fluxo. Portanto, todo aquele sofrimento que vivíamos aqui em Belo Horizonte, com o abrigamento compulsório e a violação dos direitos das mulheres, das mães e das crianças, teve um capítulo encerrado e com final feliz. Aproveito para cumprimentar V. Exa. por sua luta e também a deputada Ione Pinheiro. A Assembleia Legislativa teve o importante papel de intermediar esse processo de conquista. Obrigada.

O deputado João Leite* – Parabéns, deputada Marília Campos. V. Exa. teve um papel de liderança fundamental nessa luta. Foi um sofrimento muito grande ver mães que um dia usaram drogas perder a única coisa que tinham na vida, seu filho, que era tomado imediatamente. O deputado Durval Ângelo é partidário dessa luta a favor das crianças. Nunca mais podemos ter a institucionalização em Minas Gerais. Eu e o deputado Durval Ângelo trabalhamos pelo fim da Febem. Ver crianças ser institucionalizadas e perder a ligação com suas famílias é muito dolorido.

Colega Durval Ângelo, lembro-me de uma bisavó que veio à Assembleia Legislativa, à Comissão de Direitos Humanos, cobrar de nós aos gritos: “Tomaram os meus bisnetos. Quero eles de volta. A minha neta não pode tomar conta!”. O Estatuto da

Criança e do Adolescente trata da referência familiar. E bisavó é família? Claro que é, não é, deputado Durval Ângelo? Foi uma grande vitória para a Comissão de Direitos Humanos devolver as crianças aos cuidados da bisavó.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Serei breve, deputado João Leite. Gostaria apenas de destacar que vivemos situações limites com a retirada de filhos à força de seus pais, como ocorria nas ditaduras do Cone Sul, onde pais eram assassinados e havia adoções ilegais.

Em Minas, eu e V. Exa. acompanhamos um caso muito particular de mães portadoras de hanseníase. No Brasil, foram retiradas 150 mil crianças das famílias por causa da doença. Aqui em Minas, isso ocorreu até os anos 1970. Nós realizamos audiência pública na comissão. Aliás, existe um projeto na Câmara dos Deputados para indenizar as famílias que perderam seus filhos porque tinham membros portadores de hanseníase.

Portanto, é muito bom poder destacar todo o trabalho da deputada Marília. Sempre foi pauta da Comissão de Direitos Humanos a família ser a referência para as crianças. Como V. Exa. disse, o bem maior da pessoa é seu filho. Muitas vezes, isso é motivo para que ela saia das drogas, recupere-se e consiga se reinserir na sociedade. Acho que foi uma página triste do Ministério Público de Minas Gerais fazer essa requisição. Espero que os promotores e as promotoras que atuaram no caso estejam fazendo uma autocrítica, porque é algo realmente lamentável. Agora a situação foi restabelecida. Foi uma luta da Assembleia que temos de destacar.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, deputado Durval Ângelo. V. Exa. faz uma lembrança importante sobre a atuação da Assembleia Legislativa. Quero comemorar com a deputada Marília Campos. Parabéns, deputada. Que vitória! Posso falar com minha filha, mãe de minhas duas netas, que se integrou totalmente nessa luta a favor das mães. É uma alegria muito grande poder comemorar a volta dessas crianças.

Deputado Durval Ângelo, quero encerrar minhas palavras homenageando os agentes socioeducativos, porque, antes da presença deles no Estado de Minas Gerais, todos os adolescentes ficavam presos em cadeias. Alguns até em alas de penitenciárias. E a possibilidade de recuperação, de reinserção era impossível. A proximidade com os criminosos maiores era muito grande. E a vinda dos agentes socioeducativos deu essa oportunidade. Por isso, temos de reconhecer o trabalho importante, o trabalho social, o trabalho de coragem realizado por eles. Portanto, terão nosso apoio, terão meu apoio buscado junto aos colegas. Sei que vários dos meus colegas aqui compartilham isso. Sei que o *Coronel Piccinini* é o homem da segurança, deu a vida para a segurança pública e sabe da importância de o profissional da defesa social ter o mínimo de defesa.

Queria também reconhecer o papel do deputado Doutor Jean Freire em relação a essa decisão do juiz da Infância e da Juventude, o Dr. Padula, de revogar a portaria que determinava a institucionalização das crianças de mães que são ou foram usuárias algum tempo. Sei que o deputado Doutor Jean Freire, com a Comissão de Participação Popular, lutou muito para que isso acontecesse. Estamos comemorando isso hoje.

Minha palavra final é aos agentes socioeducativos. Parabéns pela presença. É dessa maneira, é na democracia que a gente faz. Venham aqui gritar pelo direito de vocês. Da parte do deputado João Leite e do deputado Sargento Rodrigues, estamos totalmente de acordo. E espero que os outros deputados também se manifestem favoravelmente ao mínimo de segurança para esses homens e mulheres que nos representam, dando-nos segurança enquanto guardam os adolescentes em conflito com a lei.

Muito obrigado aos agentes socioeducativos presentes nesta tarde na Assembleia Legislativa. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Fabiano Tolentino – Presidente Dalmo Ribeiro Silva, deputados presentes, gostaria de cumprimentar os agentes socioeducativos e dizer que eles têm nosso voto, têm nosso apoio. Podem contar conosco, com o deputado Fabiano Tolentino. Região Centro-Oeste, conte conosco.

Sr. Presidente, nesta tarde vim à tribuna dizer sobre a indignação, sobre a vergonha que sente o Brasil, a vergonha em que está o Congresso Nacional pela ação feita lá na semana passada. Vocês não imaginam quanto isso envergonhou todos os mineiros e os brasileiros. Foi uma ação que realmente não pensávamos que o Congresso Nacional pudesse fazer. Foi uma vergonha, porque rasgaram a Constituição Federal. Rasgaram os princípios dos Poderes, a isonomia, a equidade entre os Poderes, a harmonia entre os Poderes e mostraram que o Executivo comanda o Legislativo. Isso é muito triste, e no Congresso foi assim. Foram votos a troco de emendas parlamentares, a troco de cargos, a troco de conchavos. A Constituição é muito clara, ela diz que os Poderes têm de ser harmônicos e independentes, e isso não ocorreu. Então, Sr. Presidente, trago meu voto de repúdio pelo que aconteceu no Congresso Nacional. Os deputados que votaram “sim” naquela tarde fizeram um desfavor para Minas Gerais e para o Brasil. Eles não agiram da forma como o Legislativo deveria agir.

Se aqui também estivesse da mesma forma um processo contra o governador, nada contra, votaria também pelo prosseguimento. Caberia ao governador defender-se na esfera judicial, no Superior Tribunal de Justiça. Da mesma forma eu acho que deveria ser no Congresso. Caberia ao presidente, se nada teme, na esfera judicial se defender, e, se nada fosse comprovado, ficar na presidência. Mas jamais o Congresso, os deputados – a quem cabe fiscalizar, denunciar quando provado algo ilícito do presidente – barrarem uma ação na Justiça. Não podemos nos calar. Nós, brasileiros, não podemos mais aceitar que o Judiciário fique de joelhos ante o Executivo.

Não podemos mais conceder isso num país como o nosso. E tem mais, alguns deputados lá na ponta dizem que é melhor o Temer ficar. Não é melhor ele ficar. Precisamos trabalhar com a moral do Legislativo – escutem muito bem. Primeiro é a moral. Se consertarmos a moral do País, consertaremos o resto todo, a corrupção, os atos ilícitos, a forma de fazer a política errada que impera hoje.

Votar pelo não prosseguimento da ação é um ato imoral. Não estamos falando de economia nem se o presidente tem ou não algo na Justiça para ser averiguado; estamos falando da moral que tem de se dar num voto, que é algo muito importante que temos. Estamos errados e no lugar errado se chegamos aqui e não votamos de acordo com a nossa consciência, se trocamos algo por esse voto. Nada vale a conquista dos votos lá fora se aqui votamos de acordo com o governo e com o Executivo. Não é esse o meu propósito, não é essa a minha forma de trabalhar.

Portanto, Sr. Presidente, nesta tarde, venho trazer o meu sentimento de tristeza pelo que ocorreu no Congresso Nacional. O Legislativo não pode admitir a troca de votos por emendas. Isso não pode ocorrer em lugar nenhum. O jornal *Estado de Minas* trouxe o valor que é pago a cada deputado. Está aqui, é notório, é público. Não é o deputado Fabiano Tolentino que está dizendo, é o jornal *Estado de Minas*, que discrimina todos os votos “sim” e “não” e quanto de emenda cada deputado recebeu. E mais, há emendas extras, que me entristecem mais, que já passam de R\$3.000.000.000,00. Para vocês terem ideia, esse valor é mais ou menos a dívida que o Estado de Minas Gerais tem por ano, por problemas financeiros, por arrecadação baixa, por conflitos desde o governo passado. Três bilhões por ano é mais ou menos a dívida do Estado de Minas Gerais, é o que o presidente, numa tacada, numa sentada, está liberando para os deputados em emendas extras. Isso é um absurdo, é acabar com o País! Não podemos mais conceber essa forma de jogo na política, acabando com o País a troco de voto para se manter uma economia que não sei nem aonde vai. Não sei se realmente ela é lógica, lícita, real.

Não podemos mais compactuar com isso. Está aqui: “Temer libera mais de R\$2.000.000.000,00 em emendas somente durante o recesso”; “Cresce liberação de emendas parlamentares do Presidente Temer”. Não podemos aceitar mais isso. Chegou a hora de o Brasil, realmente, retomar as forças. E a força está nesta Casa, a força está no Legislativo. É aqui que a gente fiscaliza. Se aqui não fiscalizarmos, os atos lá fora podem não dar certo, e, às vezes, o governador e o presidente nem sabem tudo que está acontecendo. Então, nós somos esse olhar para ajustar as contas do Estado. Nós, lá no Congresso, somos o olhar para ajustar as contas para o presidente. É muito importante o que estamos falando.

Na Assembleia também pode vir a ocorrer isso, e não queremos isso nunca. Queremos que esta Casa seja séria, que jamais o voto seja trocado por emendas e cargos no governo. Não podemos aceitar isso. Vamos mudar a forma de se fazer o mandato.

O jornal *O Tempo* também publicou uma matéria – quem está dizendo não é o deputado Fabiano Tolentino: “Pimentel libera emendas à espera que deputados votem em criação de fundo na Cidade Administrativa”. É o jornal *O Tempo* que está dizendo, não sou eu. Não podemos admitir isso em lugar nenhum, nem no Executivo, que cobra essa situação, nem nos municípios, nem no Congresso Nacional. É preciso ser igual para todos. Aquilo que está havendo no Congresso não pode ser admitido também nesta Casa.

Hoje em dia, a internet ganhou uma proporção incalculável. Em Divinópolis, o vereador Cleiton Azevedo, o 3º mais votado pela internet, faz um papel fantástico. Ele não tem cargo no governo, trabalha na internet, é a voz do povo. É dessa forma que vai ser a política de agora para frente.

A política mudou. Precisamos entender que o cenário mudou, que há pessoas nos ouvindo, nos acompanhando pelas redes sociais. Mudou a forma de fazer política. Hoje em dia, aqueles que votarem errado serão responsabilizados pela via social, pela rede social. Hoje, as coisas chegam muito rápido. Aquilo que no passado não havia, não chegava até nós, hoje chega com facilidade. Esta minha fala, agora mesmo está na rede social para todo o mundo; não é só para o Brasil, é para o mundo. Hoje, é outra viabilidade de campanha.

Temos de parabenizar os deputados e os vereadores que usam uma rede social bem-feita, como o Cleiton Azevedo, que a está usando muito bem em Divinópolis e que se pronunciou sobre a votação do Congresso. Precisamos ter coragem para falar a verdade, porque temos imunidade parlamentar. Precisamos chegar aqui e falar o que achamos que está certo, correto e tentar mudar de acordo com as circunstâncias de cada situação. A política mudou, então, precisamos ter atenção. É esta a nova forma de fazer política: a fala chega aos nossos telespectadores. E de agora para frente, ela chegará ao mundo inteiro, por meio das redes sociais, do WhatsApp, do Facebook.

Precisamos aproveitar isso, inclusive para baratear as nossas campanhas, que, no passado, eram muito caras. Hoje, há como fazer uma campanha barata, ficando longe da corrupção, porque, quando a campanha é cara, não tem jeito, a corrupção está junto.

Nós precisamos de investimentos, que no passado aconteciam vindos de empresas, de empresários. Isso acaba saqueando um País, roubando uma Nação. Isso não podemos mais conceber, não é essa a política que queremos. Portanto, na mesma internet que faz o bem ... Quero ver os deputados que votaram “sim” andar nas ruas e pedir voto no ano que vem. Quero ver com que cara vão chegar e pedir voto para o eleitor, e manter um governo que é realmente corrupto, bandido e que tem 95% de reprovação do Brasil. Isso é muito sério. Votaram porque trocaram algo, trocaram emenda. Se quiserem vir discutir comigo, vamos discutir. Discuto aqui e lá na ponta, em Divinópolis, na região Centro-Oeste, nas mesas onde eu estiver. Não tenho medo de falar nada. Falo a verdade para quem estiver junto. Trocaram o voto por emendas parlamentares. E lá na ponta, a cidade vai esquecer (não vai, porque a internet não vai deixar) e vai aplaudir quando chegar o recurso na cidade, quando chegar o investimento para infraestrutura, esquecendo o momento em que deixaram de tirar um bandido do poder. Fizeram um grande acordo, um conchavo que não deixou que o presidente Temer saísse.

Essa situação é antiga, no momento em que foram cassar a chapa Dilma, lá atrás, ela foi cassada por pedalada, acusação muito menor do que a que o Temer tem hoje. E olhem que não voto em PT. Mas temos de falar a verdade, cassaram a presidente por um quesito muito menor do que o presidente tem hoje. Há muito mais provas contra ele. Na hora de cassar a chapa, porque o presidente estava no poder, é óbvio que houve um grande acordo.

Aqui não estamos felizes em relação aos políticos, mas também não estamos com o Judiciário, que está prestando um desfavor para o Brasil, especificamente para o Supremo Tribunal Federal. No momento de votar certo, eles estão ficando acuados e votando politicamente. Fazendo acordos para não cassar ninguém, para não prender ninguém, para não investigar ninguém. Não falo de qualquer partido, mas de todos, PT, PMDB, PSDB; é uma união para não prender ninguém, é uma união para não cassar ninguém,

e não é esse o Brasil que queremos. Tenho certeza disso. Não queremos; Minas Gerais não quer; os socioeducadores que estão aqui não querem. Não é esse o Brasil que queremos, nosso Brasil é outro, é um Brasil de panos limpos, que vai bem economicamente, que vai crescer, mas não mal administrado como está sendo.

Portanto vai a nossa questão ao Judiciário. Não podemos admitir que um ministro do STF tenha um ajudante para colocar e tirar a cadeira para ele se assentar e se levantar, para carregar seus livros, enfim, esse Brasil é muito caro. O custo do Judiciário é 1,3% do nosso PIB, enquanto na Alemanha, país de primeiro mundo, é 0,2% do PIB. Imaginem a Justiça lá e aqui, vejam que diferença de situação, pagamos muito por uma Justiça ruim, lenta, que não julga e que ainda tem muitos benefícios, como auxílio-moradia. Esse auxílio não é feito para juiz, deputado nem promotor, mas para aquele que não tem casa. Esse, sim, precisa de auxílio-moradia. Quem recebe salário digno, salário bom, não precisa. Mas o assalariado que não tem casa precisa receber auxílio-moradia. Sou contra auxílio-moradia para deputado, para promotor, para juiz. Esse Brasil não é o que queremos, não. Temos de imitar países como a Suécia, onde as excelências não têm mordomia, andam de ônibus, moram em um quartinho de 45m², lavam sua roupa. É esse o Brasil que queremos, vamos construir uma nova Nação. Essa Nação que temos não dá para ser construída de onde está. Temos de acabar com esses benefícios, que, para a sociedade, são malefícios, e mudar a forma de fazer política. Em todos os setores: no Judiciário, no Executivo e no Legislativo, o pano de fundo é a impunidade, não tenho dúvida, é não julgar ninguém, não prender ninguém, deixar isso para lá, não cassar ninguém. Automaticamente, eles também não prendem alguém no Senado, no governo e nos estados. Isso não podemos admitir. Temos de realmente mudar esse jogo e mostrar que o Brasil acordou. E acordar é bom para a nossa nação.

Aqui venho também dizer que temos de fazer uma grande campanha para acabar com o foro privilegiado. Os deputados não precisam de foro privilegiado, mas de serem corretos. É diferente. Não é o caso de dar benefício para o deputado, mas ele não tem de errar. Se errar tem que pagar. Como qualquer pessoa que rouba um leite no supermercado para tratar do filho. Esse vai preso e não tem nenhum advogado para defendê-lo. O político rouba milhões, R\$500.000,00 em mala, tem bons advogados e não vai preso. Isso é uma desigualdade no nosso país, que não pode acontecer mais. O plano tem de ser igual, quem errou tem que pagar, deve ser culpabilizado pelo crime que cometeu.

Então, o foro privilegiado tem de acabar no País. Não tem mais que esconder bandido atrás de foro privilegiado. O deputado está quase sendo preso, entra na campanha e, se ganha, diz: “Agora estou no Supremo e não me julgam mais não. Só daqui a quatro anos”. Quando sai do mandato, vai para a primeira instância e, depois, para a segunda. Há um carrossel ou uma roda-gigante com o processo, e ninguém é culpado neste país. Temos de unificar isso. Tem de ser todo mundo num foro só. Quem não quiser que não peque, não erre. Assim teremos um Brasil melhor. Se o Judiciário for bom, não teremos políticos corruptos, porque estarão na cadeia. Se o Judiciário julgar bem, os nossos políticos corruptos estarão na cadeia. Esse é o Brasil que queremos.

Já que estamos falando dos três Poderes, falaremos do Executivo. Em Minas Gerais, o governo, realmente, herdou contas e dívidas difíceis de serem ajustadas. Parece que, a cada ano, a dívida aumenta. Cada vez que o orçamento chega a esta Casa a dívida está maior. O governo pegou os depósitos judiciais de R\$5.000.000.000,00 para pagar as contas do ano passado, e este ano quer vender a Cidade Administrativa para pagar as contas de 2017. Por que não diminuir a máquina pública, mandar gente embora, diminuir os cargos e os companheiros? Por que não aumentar para quem precisa, como vocês que aqui estão, segurar quem, realmente, está trabalhando, lá na ponta, e segurando o avanço de Minas Gerais? É preciso ter até mesa-beliche na Cidade Administrativa, de tanta gente que tem lá. Não é esse o governo que queremos, mas, sim, um governo enxuto, que, realmente, faça o bem para a Nação. E o bem para a Nação não são os altos salários, ou seja, os altos salários na Codemig, na Cemig nem na Copasa, que, por incrível que pareça, é a maior poluidora do Brasil. Em toda cidade onde está, a Copasa presta mau serviço para a sociedade. Então, temos de ajustar isso para que, realmente, a empresa preste um bom serviço. No ano passado, a Copasa obteve um lucro de R\$343.000.000,00. Imaginem só isso! Não queremos esse lucro, mas que o serviço seja prestado às pessoas que o usam. Para os amigos do rei, tudo. Aqui, no governo, tem tudo: salários altos, secretários com supersalários e assim por diante.

Queremos muito mais dos três Poderes: mais compromisso, mais trabalho e menos privilégios. Não podemos conceber que políticos recebam esses benefícios todos. Entendo que o essencial hoje para o Brasil é o parlamentarismo. Fico feliz porque já se está começando a discutir isso. Temos de sair do presidencialismo e ir para o parlamentarismo. Na hora de sacar o presidente, fica mais fácil, pois o primeiro-ministro é quem comanda o jogo e tem as regras econômicas. O presidente é quem visitará os países e trará financiamento para o País. Então, a forma é diferente. Temos de acabar com a reeleição para os cargos de prefeito, governador e presidente, que seja um mandato de cinco anos e pronto. E aqui, nesta Casa, para deputados, assim como para vereadores, dois mandatos está ótimo. Façam um bom trabalho em dois mandatos e deixem que outras pessoas venham, depois, fazer o resto. O mandato aqui é corporativista: mantém os que estão e ainda é hereditário. Temos de falar a verdade. Muitos pais ficam, e os filhos chegam, porque a estrutura é uma só e mantém essa proporção do sistema. Não podemos mais admitir isso. Portanto, temos de reduzir o número de mandatos para dois mandatos – e que seja igual para todos – e apenas um para o Senado. Temos de acabar com o foro privilegiado.

Encerrando, presidente, quero ver todos os deputados que votaram “sim”, a favor do Temer. Na verdade, 263 deputados votaram a favor do presidente Temer; e 227, contra. Quero ver esses 263 deputados andar pelas ruas pedindo voto no ano que vem. Este ano já não estou vendo. Quero ver como farão no ano que vem com a internet que temos e a forma que fizeram. Eles prestaram um desserviço à Nação, não cumpriram o papel legislativo e foram muito mais seres executivos, na hora em que tinham de dar um bom voto.

Sr. Presidente, essa é a nossa fala. Agora 2018 está aí. Nós andaremos e nos encontraremos com eles. Daí veremos a forma como trabalharão, porque, afinal de contas, entristeceram o Brasil na semana passada. Não é esse o Brasil que queremos, mas, sim, o que está em vocês, no coração e no pensamento de vocês. Além disso, nesta nação, que é trabalhadora, boa demais, precisa e deve exigir políticos de melhor qualidade para que, realmente, tracem os rumos deste país. Muito obrigado a todos. Boa tarde!

O deputado Carlos Pimenta* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva; Srs. Deputados aqui presentes, de forma muito especial quero cumprimentar os agentes socioeducativos que aqui estão. De maneira legítima, firme e forte, eles sempre estiveram e estão presentes neste Plenário, lutando pelos seus direitos.

Tenho dito – e faço coro a vários companheiros deputados –, Coronel Piccinini, que não se pode pensar em uma segurança pública de qualidade e que traga eficiência a nossa população sem atender verdadeiramente esses homens e mulheres que arriscam a vida pelo povo do nosso estado: a Polícia Militar, a Polícia Civil, os bombeiros e os agentes socioeducativos. Então, contem com esta Casa e com estes deputados. Com certeza, absoluta, os pleitos e as reivindicações que aqui estão terão respaldo e ressonância junto aos deputados da Assembleia de Minas. Parabéns a vocês.

Mais uma vez gostaria de abordar um assunto que aflige, que incomoda, que machuca o povo do Norte de Minas, principalmente as cidades do grande Norte, parte do Jequitinhonha e também parte do Mucuri, que é essa seca inclemente e impiedosa, que já vai para o quinto ano consecutivo e que está tirando a esperança de todos nós. Quando você acorda e olha para o céu, como se diz em nossa região, vê aquele céu areado, sem nenhuma nuvem, e o sol causticante, queimando a pele dos norte-mineiros. Passam dias, entram dias, passam semanas, meses, e já estamos sentindo os efeitos dessa seca que assola todo o Norte de Minas. Vejam, hoje é dia 8 de agosto, e a perspectiva de chuvas para o Norte de Minas é lá para o mês de dezembro, janeiro de 2018. Ora, estamos falando de mais cinco meses passando por esse sufoco, por esse sofrimento sem-fim que essa seca tem causado em nossa região.

Gostaria só de passar os números atualizados que foram divulgados pela Emater e por outros órgãos do governo do Estado e do governo federal: 80% dos nossos córregos e rios já estão secos. O Rio São Francisco corre um sério risco de ter a sua vazão caindo pela metade a partir do mês de setembro; a Barragem de Três Marias já está fechando as suas comportas; e, a partir de setembro, se não chover – e não vai chover, Paulo Guedes –, eles vão diminuir a vazão do São Francisco, não vão gerar mais energia;

e o rio corre o risco de ser reduzido pela metade. Ou seja, somente a metade das águas chegará à cidade de Manga e poderá descer em direção ao Nordeste brasileiro. Além disso, 100% das nossas lavouras já estão perdidas; o nosso rebanho bovino já foi diminuído pela metade devido à morte dos animais ou à necessidade de vendê-los para outras regiões.

Cidades como Montes Claros já estão sofrendo, já estão passando por um processo de rodízio de fornecimento de água – 50% de Montes Claros. A pessoa recebe a água em um dia e passa dois, agora três dias sem receber água em sua casa. Vejam bem, alguns bairros de Montes Claros, os mais periféricos e os mais altos, serão abastecidos com caminhões-pipa.

Não estamos falando de uma cidade de 5 mil habitantes, estamos falando de uma cidade de 450 mil habitantes. É o caos que se instala, são as dificuldades que recebemos, tristes, porque, por exemplo, só agora estamos vendo a Copasa se movimentar. A Copasa detém a concessão das águas e do esgoto de Montes Claros. E, há cinco anos, defendíamos aqui a construção da Barragem de Congonhas, uma barragem que teve o apoio incondicional de todos os deputados desta Casa. Vejo aqui o deputado Tadeu Martins Leite, o deputado Paulo Guedes. Todos, sem exceção, lutaram pela Barragem de Congonhas. E ficamos apenas na nossa luta. A Copasa, mesmo sabendo que estaríamos enfrentando um período de seca prolongado, não se movimentou. E agora, acossada, acuada, começa a perfurar poços artesianos profundos. Perfuraram 16 poços para tentar abastecer a cidade de Montes Claros. E apresenta agora um projeto maluco, inviável de captar água do Rio Pacuí, a 60km de Montes Claros, sem levar em consideração que as águas do Rio Pacuí já não estão correndo. É um rio moribundo, um rio que está quase morto e não consegue fornecer água para Coração de Jesus, São João do Pacuí e outras pequenas cidades. E a Copasa lança, na mídia, na TV Globo, o programa mirabolante de captar as águas desse rio, que já não tem água – um projeto de R\$100.000.000,00, que, se for levado a efeito, se for efetivamente construído, causará um prejuízo de R\$100.000.000,00 ao povo mineiro. É dessa forma que estamos vivendo o período de seca, com falta de chuvas, vendo a Barragem de Juramento, que abastece Montes Claros, já num volume morto, sem águas para abastecer a nossa cidade. E agora a Copasa quer captar água de um rio que já não tem águas, cujas águas já não correm, arriscando investir R\$100.000.000,00 para abastecer a cidade, deputado Paulo Guedes. Sabemos que isso não vai dar certo.

Nesta semana, retornando da cidade de Nanuque, onde estivemos participando de um fórum, sobrevoamos essa região do Norte de Minas e vimos que dois fatos despontam: de um lado, aquele cenário da terra torrada pelo sol, dos rios mortos, dos leitos secos, aquele cenário marrom da terra ressecada do Norte de Minas; e, do outro lado, o verde. Lá de cima é muito bonito ver aquele verde maravilhoso lá embaixo. Mas não é o verde das plantações, não é o verde das florestas, é um verde dos eucaliptos, de milhares e milhares de hectares de eucaliptos plantados cercando os leitos dos rios, invadindo as encostas, os morros, os planaltos, as veredas – aquele cenário desolador, que faz doer o coração da gente.

Comecei a indagar a mim mesmo, comecei a pensar o que essa atividade econômica, se é econômica, traz de benefício para a nossa região. Plantam-se milhares de hectares.

Todos nós sabemos que essas florestas, essas sesmarias de plantações de eucaliptos não trazem nenhum benefício econômico para lugar algum. Elas ressecam a terra, desidratam o nosso subsolo. E o mais alarmante: na barragem da Copasa que fornece água para Montes Claros, no Município de Juramento, lá de cima, do avião, você vê o tiquinho de água lá embaixo, e aquele mundaréu de eucalipto plantado em volta da barragem. Vejam bem, é preciso uma tomada de posição. Acho que esse ciclo econômico, em que você planta 2 milhões de pés de eucaliptos, passa a corrente na porteira da fazenda e deixa crescer, durante sete anos, não dá emprego para ninguém. É muito pouco o retorno que a silvicultura traz para o Norte de Minas. Vamos questionar, checar esse falso anúncio do desenvolvimento econômico do Norte de Minas à base da silvicultura, porque seca os nossos rios, seca as veredas, não deixa a terra se hidratar; a água não chega às bacias, como a Bacia do Rios Juramento e Saracura, que abastece Montes Claros. Estamos vendo esse absurdo prosperar na nossa região. É o marrom da terra ressecada, desmatada, quase morta, e o verde dos eucaliptos, que só mesmo do céu pode empolgar qualquer pessoa. Mas, lá embaixo, há uma terra ressecada, onde não há animais. Não há sequer um passarinho nas florestas de eucaliptos.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* – Deputado Carlos Pimenta, quero parabenizar V. Exa. pelo belo pronunciamento que vem fazendo sobre os problemas que o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha vêm enfrentando com essa seca.

Queria, hoje, mudando totalmente de assunto, chamar a atenção – está presente o deputado Mário Henrique Caixa, que é muito ligado ao prefeito Alexandre Kalil – e sugerir, deputado Mário Caixa, que a BHTrans controle um pouco melhor o trânsito da nossa capital. A Prefeitura de Belo Horizonte vem fazendo uma obra na Avenida Nossa Senhora do Carmo, onde havia três pistas; hoje há apenas uma. Quando vimos da BR, o que tem ocorrido na bifurcação com a Avenida Uruguai é um congestionamento que vai até depois do BH Shopping. Na manhã de hoje, por exemplo, gastei 1h30min para chegar até aqui. A BHTrans, num primeiro momento, disse que vai liberar a pista dos ônibus para os carros transitarem das 3 horas da tarde até as 9 horas da noite. Acho que, neste momento de obra, cuja previsão é demorar até outubro, a BHTrans deveria liberar imediatamente, durante todo o dia, para que os carros possam transitar naquelas pistas, porque o trânsito está caótico naquela região.

Na última semana, discutimos aqui, em audiência pública, algumas alternativas de trânsito naquela região, sobre o que vou falar aqui, posteriormente. Quero solicitar, sobretudo a V. Exa., ao deputado Iran e a outros, que trabalhem junto ao prefeito Alexandre Kalil essa questão. Ou, se querem fazer as obras, que as façam à noite, como em São Paulo, para impedir que o trânsito vire um caos. Então, peço apoio a todos vocês e agradeço o aparte do deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Muito obrigado, deputado Gustavo. Quero encerrar o meu pronunciamento dizendo que vamos realizar uma audiência pública, na Comissão de Meio Ambiente, nesta Casa, para discutir essa possível captação de água do Rio Pacuí para abastecer Montes Claro. Repito, o rio já está morto. Essa obra vai jogar dinheiro fora. Temos de discutir o abastecimento de água da cidade de Montes Claros, porque, da forma como está, estamos vendo a Copasa cometer o maior crime contra uma cidade de 450 mil habitantes. Não vai ser da forma como a Copasa está fazendo.

Aliás, a Copasa é a maior poluidora dos nossos rios em Minas Gerais, João Leite. E não podemos aceitar isso.

Vamos trazer os vereadores de Montes Claros, as autoridades do Norte de Minas e o povo para essa audiência pública para questionar essa mista estadual, que divulga os balanços com lucros exorbitantes, mas abandona o Norte de Minas, abandona a cidade de Montes Claros. Depois da omissão ocorrida durante cinco anos, vem perfurar mais poços profundos e queimar R\$100.000.000,00 do povo de Minas Gerais com uma obra em que só a Copasa e seus diretores acreditam. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero cumprimentar todos que nos acompanham das galerias e pela TV Assembleia nas diversas cidades de Minas Gerais. Na semana passada, Sr. Presidente, estive nesta tribuna fazendo uma cobrança e denunciando os absurdos que vêm acontecendo. Volto aqui, agora, para novamente cobrar do governo federal uma atitude em relação aos cortes nos programas sociais. Começo, deputado Caixa, denunciando os recursos que o governo golpista de Michel Temer vem retirando, a cada dia, de Minas Gerais. De um programa específico, ele retirou praticamente todos os recursos. E não podemos aceitar isso.

Gostaria que esta Assembleia se unisse para cobrarmos uma atitude do governo federal, a fim de que ele não faça o que está fazendo com as crianças das regiões mais pobres do Estado. O governo Temer cortou todos os recursos do programa Leite pela Vida, um programa que foi criado no governo Lula e repassava ao Idene e ao sistema Sedinor, todos os anos, em média, R\$100.000.000,00. Para vocês terem uma ideia, em 2004 eram R\$100.000.000,00. Atualizados com a inflação dos últimos 10 anos, poderíamos falar que o governo federal repassava mais de R\$150.000.000,00, todos os anos, ao Idene e ao sistema Sedinor, para o programa Leite Pela Vida, um programa que revolucionou, melhorou a qualidade de vida das pessoas, diminuiu a desnutrição das nossas crianças e gerou, deputado Caixa, oportunidades no campo. Com esse programa, o Idene e o sistema Sedinor só podiam comprar leite dos pequenos agricultores. Então, milhares de pequenos produtores rurais tiveram sua atividade econômica valorizada, passaram a vender o leite ao

Idene, que o processava e fazia a entrega nas comunidades e nas cidades do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri.

Agora, criminosamente, sem dar nenhuma explicação, deputado Carlos Pimenta, o governo federal corta todos os recursos do programa Leite pela Vida. Para se ter uma ideia, deputado Carlos Pimenta, só em Montes Claros, 14 mil famílias pobres deixaram de receber o benefício. Em todas as cidades do Norte de Minas, dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, por onde andamos, as pessoas têm cobrado a volta desse programa.

Esse era um programa que envolvia toda a sociedade, a Pastoral da Criança, as pessoas que trabalhavam como agentes voluntários em todas as cidades, que conhecem, de perto, as famílias mais pobres, as pessoas que precisavam e precisam dessa ajuda para criar seus filhos. Por isso quero aqui fazer uma cobrança, uma cobrança, inclusive, aos deputados federais de Minas Gerais, principalmente àqueles que estão dando apoio a este governo golpista, que, na semana passada, envergonharam o País mantendo este governo no poder contra a vontade de 95% da população brasileira.

Eu queria pedir o apoio desses deputados que apoiam este governo golpista, que foram votados nessas regiões. Inclusive, muitos deles, foram votados no Norte de Minas, votados no Jequitinhonha, votados no Mucuri, estão lá apoiando este governo e aceitam, calados, o Michel Temer tirar todos os recursos do programa Leite pela Vida, e ninguém fala nada. Não podemos ficar calados diante dessa situação. Por isso venho, desta tribuna, mais uma vez, denunciar esse escândalo, denunciar essa maldade, denunciar essa injustiça que este governo golpista faz com as famílias mais pobres do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri e do Vale do Rio Doce. Não podemos aceitar isso, por isso quero aqui pedir a todos os parlamentares desta Casa para nos ajudar nesse sentido, para cobrar dos deputados federais, para pedir aos prefeitos, aos vereadores de cada cidade, que liguem para os deputados federais e perguntem por que eles estão calados, por que eles aceitaram calados ver o governo golpista do Michel Temer tirar o leite da boca das crianças pobres da nossa região.

Não podemos aceitar o desmonte da área social que este governo vem fazendo, e não é só o programa Leite pela Vida, mas também os programas de abastecimento de água, os programas das cisternas, os programas das pequenas barragens e os programas que apoiam nossa juventude na área educacional. Ele também cortou o Brasil sem Fronteiras, diminuiu os recursos do Fies, do ProUni, do Minha Casa Minha Vida e do Luz para Todos. Não podemos aceitar isso. Será que era para isso que eles queriam promover esse golpe? Agora a população brasileira sente na pele o que, realmente, os golpistas queriam. Os golpistas não aceitavam dividir espaço.

Esse Congresso, esses 263 deputados federais que votaram para manter o Michel Temer, representa mesmo 3% da população, representa apenas essa pequena minoria que aprova esse governo, porque essa pequena minoria está sendo beneficiada com o corte dos programas sociais, está sendo beneficiada com o corte de impostos, está sendo beneficiada com a derrubada das leis trabalhistas, que corta os direitos dos nossos trabalhadores. Ela está sendo beneficiada com o perdão de dívidas. Todos os dias ouvimos nos noticiários que o governo federal está fazendo um programa de refinanciamento em que incentiva aqueles empresários que não pagam os impostos, aqueles empresários sonegadores, muitos deles deputados federais.

Fiquei abismado, ontem, ao ver no jornal que o relator, o presidente e toda a comissão que está na Câmara dos Deputados, cuidando do Refis, são devedores da União e estão advogando em seu próprio interesse, beneficiando sonegadores e tirando das classes mais pobres direitos já adquiridos.

O programa Leite pela Vida é um direito adquirido, assim como o Bolsa Família. Não podemos aceitar que governo algum corte esses recursos, não podemos admitir que governo algum faça tamanha maldade, como esse golpista do Michel Temer está fazendo com o povo mais carente do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. A bancada federal, deputado Carlos Pimenta, que votou pelo “sim, sim, sim”, está calada, não fala nada, está batendo palma. Muitos parlamentares justificaram seu

voto na semana passada dizendo que votaram “sim” pela continuidade do progresso. Que progresso é esse que tira o leite das crianças mais pobres? Que progresso é esse que corta o programa Minha Casa Minha Vida?

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Quero apoiar a fala de V. Exa. Nós que moramos naquela região sabemos perfeitamente da importância de um programa social dessa natureza.

Registro a presença do vereador Roberio, de Januária. É um grande companheiro que está aflito com a situação daquela cidade, talvez uma das mais complicadas e difíceis de ser administradas. Januária tem mais de 7.000km² e distritos que ficam a 150, 180km da sede via estrada de terra ruim. O vereador está aqui, hoje, fazendo solicitações e apelando pelos programas sociais, pelo Leite pela Vida e pela melhoria da saúde pública de Januária. Parabéns, vereador! Conte conosco na luta pela volta das conquistas sociais que nós tínhamos e hoje não temos mais.

O deputado Paulo Guedes* – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Quero registrar também a presença do vereador Roberio, dos prefeitos Zé de Maurina, de Indaiabira, e Dr. Marcelo, de Januária. Aproveito para reforçar com vocês, vereadores, prefeitos, que sabem mais do que eu o que está sendo dito aqui. Os prefeitos e vereadores estão sofrendo lá na base. Há 20 anos havia famílias na porta de câmaras municipais e prefeituras pedindo comida. Com o Lula isso acabou no Brasil. Ele lançou todos os programas sociais que devolveram dignidade ao nosso povo, devolveram oportunidades para sonhar com emprego, casa nova, carro, moto, reforma de casa. Hoje estamos vendo o desmonte desses programas. Não podemos ficar calados. Temos de cobrar, sim, dos deputados federais votados na região que apoiam este governo golpista e aceitam o corte de um programa tão importante, como o Leite pela Vida. O programa recebia mais de R\$100.000.000,00 por ano. Já estamos no mês de agosto, deputado, e foram repassados R\$1.000.000,00. Isso é um desrespeito total. Nós, que representamos o povo dessa região, não podemos ficar calados. A bancada mineira seguiu a orientação do senador da mala, Aécio Neves, para votar a favor deste governo golpista, que tira o leite das crianças, mas nós vamos cobrar.

Peço a cada assistente social, a cada secretário municipal de assistência social, a todos os membros da Pastoral da Criança e da Pastoral Familiar que se pronunciem, cobrem de seus deputados federais que estão apoiando este governo que retira, que corta recursos dos programas sociais e tem a cara de pau de cortar até o leite das nossas crianças pobres do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. Fica aqui o registro deste parlamentar, que não vai se calar. Esperamos que este governo se pronuncie nos próximos dias, que pague os recursos do programa Leite pela Vida, que está conveniado com o sistema Sedinor-Idene. Que a gente possa voltar a fazer a entrega do leite em todas as cidades do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, deputados, deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, deputado João Leite, o deputado que nos antecedeu falou do leite das crianças. Eu vim para falar não do leite das crianças, mas dos que mamam. Vamos falar aqui dos que mamam. No governo do Estado há muitos mamando nas tetas do Estado. Não é brincadeira! Ouvi falar aqui de dinheiro em mala. Realmente há uns que têm na cueca e outros na mala. É uma vergonha. Corrupção não tem coloração partidária. Ela deve ser investigada de todas as formas em qualquer partido, por qualquer autoridade. Estranho o deputado que me antecedeu, deputado João Leite, não lembrar que alugaram uma quitinete em Brasília. Deputado *Coronel Piccinini*, alugaram uma quitinete em Brasília para guardar o dinheiro da propina. Uma mixaria. Só nessa quitinete havia R\$15.000.000,00. Fui eu que disse isso? Foi o deputado João Leite? Foi o deputado Dalmo Ribeiro Silva? Foi o deputado Gustavo Valadares? Foi o deputado Gustavo Corrêa, da oposição? Não. Foi o Sr. Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, mais conhecido como Bené, o delator de Fernando Pimentel. Ele fez um acordo de delação, que foi homologado pelo STJ. Hoje é dia 8 de agosto, daqui a pouquinho o STJ vai se manifestar.

Em Minas Gerais, ninguém aguenta mais a roubalheira do governador. Um governador que, enquanto ministro, saiu mordendo tudo quanto é empresa: R\$6.000.000,00 da OAS, R\$13.000.000,00 da *Odebrecht*, R\$45.000.000,00 da Caoa, e por aí vai. Já exercendo o mandato de governador, continuou fazendo tráfico de influência, reuniu-se com os donos da Caoa, deputado João Leite, no hangar do governo, sob a proteção do Gabinete Militar do Governador, fazendo com que nossos policiais, praças e oficiais se envergonhassem depois com a delação do Sr. Bené.

Em agosto de 2015, oito meses exercendo o mandato de governador, esse mesmo cidadão chamado Fernando Damata Pimentel foi à residência, deputado Dalmo Ribeiro Silva, dos donos da Caoa em São Paulo, em um bairro chique da zona Sul da cidade. Foi no avião do governo com a proteção do Gabinete Militar do Governador. Daqui a pouquinho o STJ vai se manifestar. A decisão do STF do dia 4 de maio disse ao STJ: “Compete ao STJ decidir, processar e julgar o governador nos crimes comuns”.

Não faltam denúncias, deputado Dalmo, contra o governador Fernando Pimentel: lavagem de dinheiro, chefia de organização criminosa, formação de quadrilha. São muitas as denúncias. O governador, deputado João Leite, disputou a eleição em 2014, e foram reprovados R\$11.000.000,00 pela Justiça Eleitoral, pelo TRE, pelo TSE. Não tinha como esconder, não tinha lastro nem de CNPJ nem de CPF.

Ouvi um deputado que me antecedeu – não vou proferir o nome – falando do leite. Eu vou falar dos que mamam, deputado João Leite, dos que já gastaram neste governo R\$2.500.000,00 com fretamento de jato, deputado; R\$900.000,00 para compra de camarão, lagosta, salmão, cerveja belga. Enquanto isso, deputado Dalmo, 1.713 escolas, conforme denúncia do jornal *Estado de Minas*, não receberam a obrigação do governo do Estado, da contrapartida da merenda escolar. O governador, deputado João Leite, deixou fechar mais de 400 leitos na Santa Casa de Belo Horizonte porque não repassou R\$21.000.000,00. Leitos do Sarah Kubitschek, hospitais pelo interior do Estado, deputado Dalmo, hospitais filantrópicos não estão recebendo dinheiro. Enquanto isso, Coronel Piccinini, o governador, por meio das companhias do Estado, Cemig e Codemig, deputado João Leite, repassou R\$250.000,00 para patrocinar encontro da juventude do PT.

Cidadão que está nos assistindo, o senhor teve aumento de impostos de 180 produtos por decreto do Fernando Pimentel. Entre eles, temos remédio – que os idosos compram muito e de que necessitam –, material escolar, material de construção. Numa canetada, deputado João Leite, ele passou o imposto de 12% para 18% em 180 produtos. Ele fez uma propaganda enorme, na sua campanha, dizendo que a energia elétrica tinha o ICMS mais alto do País, que isso não era possível para a competitividade. Assim que assumiu o governo, aumentou a alíquota do ICMS em Minas Gerais de 18% para 25%.

A Cemig não aguenta mais tantos cargos comissionados. Dizem que vai acabar desabando um andar na Cemig, deputado Coronel Piccinini, de tantos cargos comissionados que a companheirada do PT enfiou no governo. Veio gente do Rio Grande do Sul que perdeu a eleição; de São Paulo, porque o Haddad perdeu lá; de todo e qualquer lugar; dos quatro cantos do País. A companheirada está toda nos cargos comissionados, e o Pimentel está que gasta dinheiro. É o mesmo governador que não repassa dinheiro para a merenda escolar; é o governador, Coronel Piccinini, que retirou R\$222.000.000,00 do custeio da Polícia Militar. Ele reduziu o investimento da Polícia Civil de R\$33.000.000,00, no último ano do governo anterior, para R\$1.800.000,00, deputado João Leite. E a letalidade da segurança pública está aumentando. O fechamento do semestre deste ano mostra que nove servidores da segurança pública morreram em serviço ou em razão da atividade. Não há nenhuma área deste governo que não esteja desfalecendo, sendo destruída.

Deputado Coronel Piccinini, durante os comandos do Cel. Renato e do Cel. Santana, vimos um avanço do efetivo, principalmente no governo Anastasia, quando tínhamos, deputado João Leite, criado o Cinturão de Segurança Pública 1, 2, 3. Os 135 que compunham as divisas de Goiás, do Mato Grosso do Sul, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Espírito Santo e da Bahia, deixavam as fronteiras devidamente protegidas. Hoje, Coronel Piccinini, desmantelaram tudo, deputado João Leite. Trabalham para desarticular a integração das polícias. É o que eles fazem neste governo. Acabaram com a Secretaria de Defesa Social, fizeram um retrocesso.

Retiraram o sistema socioeducativo da área de segurança pública do Estado. São as cabeças pensantes deste desgoverno, são aqueles que tratam da poesia, que acham que bandidos de 17 anos, criminosos de 16 anos, de 17 anos de idade têm asinhas de anjo e não matam policiais, não matam agentes. Eu gosto de falar da idade mais baixa para mostrar o grau de periculosidade. O crime hoje, deputado Coronel Piccinini, funciona assim: os maiores de idade, os criminosos contumazes já sabem e pegam os menores e falam para assumirem a droga, o armamento, porque a punição é muito branda. É a turma da poesia, a turma do PT, a turma esquerdopata, que gosta de tratar bandido adolescente como se fosse anjo.

Falo isso porque quando aprovamos o porte de arma dos agentes do sistema prisional – fui relator da matéria no 1º e no 2º turnos –, o único deputado que votou contra foi o deputado Adelmo Carneiro Leão, e nem precisa falar de qual partido ele é. É a turma que acha que é tudo poesia, que o mundo é de poesia, de conto de fadas, um mundo lírico. Essa turma, PT, PCdoB e uma parte do meu partido, o PDT, que também é esquerdopata, é doentia. O discurso deles é ainda de que o imperialismo americano está por trás disso, um discurso da década de 1960, da ditadura. O cidadão hoje não quer ouvir essa conversa fiada mais, não. Ele está sendo assaltado de manhã, de tarde e de noite. O governo assalta com os impostos e o bandido assalta com a arma de fogo nas ruas.

O deputado que me antecedeu falou muito do leite, mas e os que mamam esse leite nas tetas do governo? A Cemig, a Codemig e a Copasa não aguentam mais cargos. Os cargos comissionados para a companheirada do PT neste governo é algo incrível. Mas falta dinheiro para pagar a diária do agente, do policial civil, do policial militar. A não ser para o chefe de polícia; para o topo, pagam, e pagam adiantado, mas, na ponta da linha, não pagam a diária. Parcelam o salário há um ano e sete meses.

Hoje aprovamos um requerimento de minha autoria e de autoria dos deputados Coronel Piccinini e Cabo Júlio na Comissão de Segurança Pública. Até que enfim aprovamos esse requerimento, e vamos pautar essa matéria para a melhor data possível. Aprovamos o requerimento para discutir a política de segurança pública, em especial o fim do parcelamento, que já dura um ano e sete meses, e a revisão geral anual. Essa revisão é assegurada no art. 37, inciso X, da Constituição da República, no art. 24 da Constituição do Estado e também no art. 7º da Lei nº 19.973, que trata da data-base da defesa social, do agente socioeducativo, do agente penitenciário, do policial civil, do policial militar e do bombeiro militar em 1º de outubro. Já se passaram dois anos, 1º de outubro de 2015 e 1º de outubro de 2016, e nada de assegurar a revisão geral anual. Não é aumento, pois quando falamos de assegurar a revisão geral anual é para que, pelo menos, a inflação, calculada pelo índice IPCA, seja compensada. O requerimento está aprovado e agora depende somente deste deputado. Vamos fazer uma grande mobilização neste estado: Polícia Civil, Polícia Militar, sistema prisional, sistema socioeducativo e Corpo de Bombeiros Militar. Vamos abarrotar este Plenário, Coronel Piccinini, para mandar um duro recado para o governo do Estado. O requerimento está aprovado, e vamos escolher a melhor data.

O dia 1º de outubro está chegando aí. É o terceiro ano. Por que temos de cobrar? Para o Poder Legislativo, aprovou em 2015 e 2016. Para o Ministério Público, aprovou em 2015 e 2016. Para o Tribunal de Contas, aprovou em 2015 e 2016. Para o Tribunal de Justiça, aprovou em 2015 e 2016. E a segurança pública não só não tem a revisão geral anual, que é determinação legal, mas também um amargo parcelamento. Sabe quais são as consequências, deputado João Leite, de um parcelamento desse? São gravíssimas. Não adianta o companheiro que tem um empréstimo, entrou no cheque especial e deve no cartão de crédito pedir pelo amor de Deus para não cobrarem juros. Eles impõem os juros. “Ah, mas o Estado não está pagando o meu salário integralmente.” O banqueiro e os donos de cartão de crédito não estão nem aí para isso. E ainda tem a mensalidade escolar do filho e de um apartamento financiado em longo prazo, da casa própria. Os servidores estão amargando, pois é um prejuízo enorme que estão tendo com o parcelamento.

Enquanto isso o governo está dormindo em berço esplêndido. Não falta camarão, lagosta, salmão nem cerveja belga nas despensas do Palácio. Além disso, não falta jato para o governador andar. Agora, não satisfeito, pegou um helicóptero, que, se não estou equivocado, é Dauphin, para buscar o filhinho dele no *réveillon*, em Escarpas do Lago, que é um condomínio de luxo que fica na cidade de Capitólio, no Sudoeste do Estado, no Lago de Furnas. Ele buscou o filho depois de uma ressaca. Agora, deputado João

Leite, muito insatisfeito, desceu na Toca da Raposa. Sabe por que, gente? Quando postei isso, veio um cidadão internauta e me disse: “Deputado, o governador foi inaugurar uma escola que fica do lado. Por isso ele pousou lá”. Primeiro, ele não tinha autorização para pousar. A Anac não permitiu, porque não havia pedido. A nossa denúncia já está ficando pronta. Segundo, será que ele não pode andar 12,9km até a Cidade Administrativa de carro? É só pegar o Google Maps. Fiz questão de pedir à assessoria isto: “Joga aí: Cidade Administrativa e Toca da Raposa II”. Isso dá 12,9km. Ele não anda, se não for de helicóptero.

Deputado João Leite, estão chegando algumas informações de que a primeira-dama do Estado andou passeando em muitas aeronaves da Polícia Militar sem a precedência de autoridade. Essa é mais uma improbidade para o comandante-geral da Polícia Militar e foi o governador do Estado que permitiu esses voos. A denúncia é gravíssima e já está comigo. Já verificamos dia, hora, aeronave, composição da aeronave, quem pilotava, de onde partiu, destino, tudo. O governador pensa que estamos aqui de braços cruzados. Estamos não.

O deputado Antonio Carlos Arantes (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Quero fazer uma manifestação de alegria pelo que aconteceu no Sul de Minas, diante das dificuldades dos nossos cafeicultores, que há um bom tempo estão sendo roubados por uma quadrilha que veio do Espírito Santo. O nosso delegado regional Bráulio Stivanin, da cidade de Poços de Caldas, que comanda toda a região; o Dr. Adnan Cassiano Grava, delegado de polícia em Muzambinho; o Denner Dias Casagrande, subinspetor da Polícia Civil; o Clayton Roberto Durante, o Racém de Oliveira Casagrande e o Carlos Henrique Alves, que são investigadores, conseguiram êxito, deputado Bráulio, pois descobriram essa grande quadrilha. Todo o mundo sumiu da cidade e da região. Na realidade, já estão no encalço deles e, se Deus quiser, conseguirão prendê-los.

Na verdade, o trabalho do Dr. Adnan Cassiano Grava e sua equipe foi fantástico. Eles estão de parabéns, junto com toda essa equipe que desvendou o crime. Agora ficou muito mais fácil punir essa quadrilha que estava assaltando os nossos cafeicultores, roubando-os na região de Muzambinho, Botelhos, Nova Resende, Conceição Aparecida e Alterosa.

Portanto, parabéns ao delegado Adnan e toda sua equipe.

O deputado Sargento Rodrigues – Inclusive, o deputado Antonio Carlos Arantes já apresentou um requerimento na Comissão de Segurança Pública para uma moção de aplauso e reconhecimento do trabalho do delegado de polícia.

Deputado Dalmo, só queria informar aos nossos colegas, companheiros e companheiras do sistema socioeducativo, que, como presidente da Comissão de Segurança Pública, tive a satisfação de avocar a relatoria do PL nº 1.973 e dar parecer favorável. Assim que o projeto for votado em 1º turno, deverá retornar à Comissão de Segurança Pública. Adianto aos senhores e às senhoras que o parecer será pela aprovação do porte de arma para os agentes do sistema socioeducativo.

É uma vergonha termos aquelas pessoas lidando com criminosos e bandidos contumazes, que alguns ainda enxergam com uma auréola e um par de asas de anjo. Podem ter certeza de que o nosso encaminhamento na tribuna, na hora de solicitar apoio às lideranças do nosso bloco, será favorável, da mesma forma como farei como relator da matéria. E, em 2º turno, o projeto voltando à Comissão de Segurança Pública, vou avocar novamente a relatoria e dar um parecer, conforme o que foi dado anteriormente.

Portanto, tenham tranquilidade. O momento agora é de perseverança da categoria, mas tenham certeza de que é lutando, participando, é aqui, pedindo apoio a cada deputado, que vocês vão vencer essa batalha. Agente público que lida com bandido tem de ter porte livre de arma. É um desejo, inclusive, da própria sociedade. Não podemos deixar os nossos agentes públicos desarmados e desprotegidos – não só eles como também suas famílias.

Agradeço a V. Exa. pela paciência. Temos, inclusive, um requerimento da comissão para que possamos votar.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 7/8/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 21/7/2017, que nomeou Júlio Fontoura de Moura Junior, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças;

exonerando Wesley Ribeiro Ferreira Silva, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

nomeando José Silva Santos, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Jucelia Paes Fontoura Alves, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças.

**ERRATAS****ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 26/12/2016**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/5/2017, na pág. 16, onde se lê:

“3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 30/11/2016, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009.”, leia-se:

“3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009, relativamente aos seguintes períodos: até 30/9/2016; até 31/10/2016; e até 30/11/2016.”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.877/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/7/2016, na pág. 63, no art. 1º, onde se lê:

“a entidade Obras Sociais Eurípedes Barsanulfo, com sede no Município de Patos de Minas.”, leia-se:

“a entidade Obras Sociais Eurípedes Barsanulfo – Oseb –, com sede no Município de Patos de Minas.”.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/7/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 11/8/2017, na pág. 29, onde se lê:

“Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.301, 8.302, 8.303, 8.304, 8.306, 8.307, 8.307, 8.310 e 8.311/2017”, leia-se:

“Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.301, 8.302, 8.303, 8.304, 8.306, 8.307, 8.308, 8.310 e 8.311/2017”.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.571/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 11/8/2017, na pág. 44, nas assinaturas, onde se lê:

“Leonídio Bouças, presidente – Roberto Andrade, relator – Durval Ângelo – Sargento Rodrigues – Roberto Andrade – Luiz Humberto Carneiro.”, leia-se:

“Leonídio Bouças, presidente – Durval Ângelo, relator – Sargento Rodrigues – Roberto Andrade – Luiz Humberto Carneiro.”.